

UM DIÁLOGO HISTÓRICO-LITERÁRIO COM  
A MITOLOGIA DA SAUDADE (1999)  
DE EDUARDO LOURENÇO

*A historical and literary dialogue with Mitologia da  
saudade (1999), by Eduardo Lourenço*

Marcella Guimarães\*

RESUMO

Em 1999, Eduardo Lourenço publica no Brasil a obra *Mitologia da Saudade* (São Paulo: Companhia das Letras), na qual, dentre outros temas, convoca expressões literárias da melancolia para a cena do texto. Propomo-nos compreender os sentidos auferidos por Lourenço no diálogo com algumas fontes medievais citadas ou não por ele, a fim de apreciar a pertinência do exame do ensaísta para o contexto tardo-medieval.

Palavras-chave: *melancolia, Eduardo Lourenço, Idade Média.*

\* UFPR.

## ABSTRACT

In 1999, Eduardo Lourenço's *Mitologia da Saudade* (São Paulo: Companhia das Letras) was published in Brazil. The work convenes literary expressions of melancholy to the scene of the text, among other themes. We propose to understand the meanings obtained by Lourenço in his dialogue with some medieval sources quoted or not by him, in order to assess the relevance of the essayist's examination for the late medieval context.

Keywords: *melancholy, Eduardo Lourenço, Middle Age.*

A maior das minhas paixões é a História.

A História como a ficção suprema da humanidade.<sup>1</sup>

### 1. ARQUEOLOGIA DE UM DIÁLOGO

A obra *Mitologia da saudade*, de Eduardo Lourenço é dividida em dois momentos, sendo o primeiro (que dá nome à obra) mais robusto, subdividido em 8 capítulos. É seguido do ensaio indiviso “Portugal como destino”. Em “Tempo português”, o ensaísta afirma que “a saudade, a nostalgia ou a melancolia são modalidades, modulações da nossa relação de seres de memória e sensibilidade com o Tempo. Ou antes, com a temporalidade, aquilo que, a exemplo de Georges Poulet, designarei de ‘tempo humano’”<sup>2</sup>. Aqui, Lourenço se alia a Marc Bloch, na sua conhecida definição de história como a *ciência dos homens no tempo*<sup>3</sup>, e a entrelaça à saudade, porque embora o

1 QUEIRÓS, Luís Miguel. *Retrato de um pensador errante*. Disponível em: <<http://static.publico.pt/docs/cultura/eduardolourenco/01.html>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

2 LORENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade*: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.12.

3 BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p.55.

ensaísta afirme logo depois que “a saudade não tem História”<sup>4</sup>, reconhece a historicidade de suas manifestações. Lembrar ou voltar-se ao passado também para o inventar são temas caros à obra de Eduardo Lourenço como um todo, no que se afigura como crítica a esses dispositivos insistentes da cultura portuguesa, segundo seu julgamento. Como medievalista, adendo a constatação de Portugal ter participado do movimento de profissionalização e secularização da escrita da História no mesmo contexto tardo-medieval que outros reinos o fizeram. Lourenço recua ao medievo algumas vezes ao longo da obra e só menciona o primeiro cronista português Fernão Lopes (1385-1459) na segunda parte, “Portugal como destino”. Proponho dialogar com o ensaísta nos momentos em que este realiza a arqueologia dos grandes temas do livro, identificados com o medievo ou quando esse contexto é uma referência para um desdobramento diverso na diacronia.

## 2. HISTÓRIA E SAUDADE: FOMOS FELIZES DECERTO, MAS O PRESENTE É AINDA MELHOR!

Antes de recuperar o sentido da evocação como antecedente do mito patriótico, Eduardo Lourenço refere-se à saudade expressa nas cantigas de amigo. Qual é o significado que o ensaísta dá a essa manifestação? “Expressão do excesso de amor em relação a tudo o que merece ser amado”<sup>5</sup>.

Reduzindo a escala para as peças de Fernão Rodrigues de Calheiros, um dos primeiros trovadores do cancionero de amigo galego-português<sup>6</sup>, é possível aventar a possibilidade de uma sequência narrativa em que o eu feminino evoca a tristeza vivida desde a partida do amado (consequência ou não da recusa da jovem de lhe dirigir a palavra), piorada pela sua demora em voltar, a despeito de ele haver prometido fazê-lo. Em uma das peças dessa trama hipotética, a saudade marca presença não para significar que houve um tempo passado feliz, mas como estado de desolação, ou seja, de perda da alegria de viver. Ao mesmo tempo, a mesma cantiga refere-se ao presente – identificado com o regresso do amigo – como a volta de toda a alegria.

Direi vos agor’, amigo, camanho temp’ á passado  
que non pudi veer cousa ond’ ouvesse gasalhado

4 LORENÇO, Eduardo. Op. Cit., p.13.

5 Idem.

6 LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al. (2011-), *Cantigas Medievais Galego Portuguesas [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Disponível em: <<http://cantigas.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

des que vos de mi partistes  
tães ora que me vistes

Des oi mais andarei leda, meu amigo, pois vos vejo,  
ca muit' á que non vi cousa que mi tolhesse desejo  
des que vos de <mi partistes  
tães ora que me vistes>

Des oi mais non vos vaades, se amor queredes migo,  
ca ja mais non ar fui ledo meu coração, meu amigo,  
des que vos <de mi partistes  
tães ora que me vistes><sup>7</sup>

Nessa cantiga, o eu identifica a felicidade com a presença do amigo, condicionada também aos sentimentos do amado. A série de oito cantigas de amigo que nos ficaram da produção de Fernão Rodrigues de Calheiros e essa, em particular, interessam pela ausência de um referente que repute o passado como um lugar superior de felicidade, só podemos pressentir. E se o fazemos, devemos questionar a construção cultural dessa relação, inspirados por Eduardo Lourenço. O que há de relevante para o tema nessas cantigas, em que a mãe aconselha, em que a jovem desqualifica o conselho, espera, sofre e sugere que seus amores teriam ido além dos limites impostos pela sociedade, é a alternância entre o nojo e alegria, identificados com o presente de cada cantiga tão somente. Assim, a percepção de um presente superior está em consonância com a dramaticidade dessa manifestação, preservado o sentido grego, que eleva a unidade do tempo, do aqui e agora; canto e performance, no caso.

Sabemos que o presente também pode ser infeliz e o cancioneiro de Joan Zorro dá disso testemunho:

Quen viss' andar fremeosã  
Com' eu vi, d' amor coytda

<sup>7</sup> COHEN, Rip (org.). *500 Cantigas d'Amigo, edição crítica de Rip Cohen*. Campo de Letras Editores, 2005. Coleção Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. p.114. Disponível em: <<https://jscholarship.library.jhu.edu/bitstream/handle/1774.2/33843/2-cantigas%20d%27amigo108-200.pdf?sequence=21>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

E tan muyto namorada  
Que, chorand', assi dizia:  
"Ay amor, leyxedes-m' oje  
De sô lo ramo folgar  
E deploys treydes-vos migo  
Meu amigo demandar"

Quem viss' andar a fremosa,  
Com' eu vi, d' amor chorando  
E dizendo e rogando  
Por amor da Gloriosa:  
"Ay amor, leyxedes-m' oje  
De sô lo ramo folgar  
E deploys treydes-vos migo  
Meu amigo demandar"

Quen lhi viss' andar fazendo  
Queyxumes d'amor d' amigo  
Que ama e, sempre sigo  
Chorando, assi dizendo:  
"Ay amor, leyxedes-m' oje  
De sô lo ramo folgar  
E deploys treydes-vos migo  
Meu amigo demandar"<sup>8</sup>

No caso da pastorela acima, não há contradição entre a formosura e a coita, ou estaria a donzela mais bela, porque vai coitada?... No refrão, existe, porém, um delicioso detalhe de apelo à vida e aos prazeres da juventude, quando a jovem personagem apela pelo direito de folgar – "Ay amor,

8 CUNHA, Celso. *Cancioneiros dos Trovadores do Mar*. Edição preparada por Elsa Gonçalves. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1999. p.43.

lexede-m' oje/ de sô lo ramo folgar". Nesse primeiro dístico do refrão, existe o desejo de viver o presente e de crer na possibilidade de ele incluir mesmo uma felicidade momentânea.

Ora, Eduardo Lourenço afirma: "com a ajuda dos poetas, a cultura portuguesa irá inscrever-se, com uma espécie de complacência, no círculo da saudade, e Portugal torna-se miticamente a terra da saudade"<sup>9</sup>. Mas não me parece que seja com esses poetas que a cultura portuguesa entrará nesse circuito. Lourenço também não crê nisso. Volta-se à prosa para examinar a arqueologia dessa relação e entroniza a obra e a biografia do rei D. Duarte (1391-1438). Como sabemos, é este rei o autor do *Leal Conselheiro*, do *Livro da Ensinança de cavalgar toda sela* e do *Livro dos Conselhos*<sup>10</sup>. Associado desde infante à governação pelo pai, D. João I, o exercício parecia destiná-lo a rei eficaz no contexto. Não foi o que sucedeu em razão da sua morte prematura. Pelo sucessor de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, sabemos que o herdeiro recebeu da mãe, antes de partir para a conquista de Ceuta, uma das espadas que ela mandara fazer para o adubamento dos infantes. Ele recebeu a espada da justiça e do direito, como convinha a um futuro rei.

Eduardo Lourenço começa pela obra de D. Duarte, pelo *Leal Conselheiro*. É um livro espetacular, feito em resposta ao pedido da rainha Leonor de Aragão. Note-se que a relação dos dois parece ter sido um caso raro de felicidade conjugal no período. O rei declara que o fizera "por sua mão", uma observação desnecessária se não fosse verdadeira e não apontasse para uma relação direta entre autoria e obra, mais complexa na Idade Média, por incluir os ateliês, estes sim responsáveis pela materialidade da escrita, sempre supervisionada pela autoridade que haveria de responder pela realização do projeto. Autoridade é critério de verdade no medievo. Para a argumentação de Eduardo Lourenço interessa destacar o ponto de vista assumido no texto, que tem relação com a afirmação direta dessa autoria. No capítulo XIX do *Leal Conselheiro*, rei D. Duarte não examina a melancolia como quem soube dela nos outros; a partir da sua experiência, assim se exprime: "Da maneira que fui doente do humor menencorico, e del guareci"<sup>11</sup>. Eduardo Lourenço se interessa pela relação estabelecida na obra duardina entre o pecado da

9 LORENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.23.

10 Sobre o *Leal Conselheiro* e o *Livro dos Conselhos*, sugiro: MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. "Leal Conselheiro e Livro dos Conselhos de El-Rei Dom Duarte: diálogos". In: CONGRÉS INTERNACIONAL DE L' ASSOCIACIÓ HISPÁNICA DE LITERATURA MEDIEVAL. 10., Alicante. *Actes...* Symposia Philologica, v. 2, p. 573-585. Disponível em <[http://www.uefs.br/nep/arquivos/publicacoes/leal\\_conselheiro\\_e\\_livro\\_dos\\_conselhos\\_de\\_el-rei\\_dom\\_duarte\\_dialogos.pdf](http://www.uefs.br/nep/arquivos/publicacoes/leal_conselheiro_e_livro_dos_conselhos_de_el-rei_dom_duarte_dialogos.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2013.

11 DUARTE. *Leal Conselheiro*. In: *Obras dos príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmão, 1981.

tristeza e a saudade. Sabemos decerto por que a tristeza seria um pecado, porque enlanguesce a alma disposta a cumprir os projetos de Deus.

Também estamos informados pelo próprio rei e por Zurara a respeito de como D. Duarte se achou curado desse mal continuado que o afligiu, diverso por isso do nojo e do desprazer. Esforçou-se, teve paciência e esperança. Foi o único de sua família a permanecer ao lado da mãe, a rainha D. Filipa, não temendo o contágio com a peste e cuidando dela até o fim. Esse cuidado tem relação com um dos conselhos que ele se permitiu dar: o afastamento da ociosidade.

Sobre a saudade, o rei afirma descender ela de um sentido do coração que vem da sensualidade, ou seja, de uma vontade carnal; de uma lembrança que agrada e de que não se sente pena; ela também pode provocar o nojo, que mergulha a pessoa em tristeza<sup>12</sup>. D. Duarte não acredita que seja possível saber sobre a saudade nos livros, por isso se lança a exemplos práticos. O primeiro é o de alguém que teria partido e cuja lembrança lhe traz prazer. Sobre a tristeza possível, o rei a vincula à vontade do coração, carnal, portanto, daquele que está separado de quem ama e com quem se deleitou. Mas quando a razão é convocada, ela regula a lembrança ao compará-la ao presente daquele que sente, superior ao passado – ou seja, o tempo da vida superior ao da memória, ou como prefere Lourenço: “ficamos perplexos quando [o rei] liga a lembrança saudosa ao prazer de, ao comparar o nosso estado presente ao estado passado em que fomos felizes, achamos este presente melhor”<sup>13</sup>. O monarca não inventa essa relação que, como vimos, encontra-se no cancionero medieval; ele se interessa mais pelo pecado da tristeza e pela sua cura do que pela saudade, tema entre tantos que com os primeiros têm relação.

Mas a geração de Avis tem outros doentes de melancolia sobre os quais Eduardo Lourenço não fala, os quais estão no arquétipo da “felicidade fora do mundo”<sup>14</sup> que ele busca identificar. São eles o condestável Nun’Álvares Pereira (1360-1431) e o infante santo D. Fernando (1402-1443). Ambos cavaleiros, porém diversos, já que só o condestável pôde colecionar vitórias; a mais espetacular: Aljubarrota (1385)<sup>15</sup>. No final da crônica anônima que protagoniza, vemo-lo assaltado pela tristeza, sem apetite, amparado pela mãe e pela filha que a custo tentam cuidar dele. Nun’Álvares foi o herói de um tempo novo que Fernão Lopes soube narrar, o “evangelho português”, mas que logo na prática foi engolido pelas necessidades e problemas da mudança

12 LOURENÇO, Eduardo. Op. Cit., p. 287.

13 Idem, p.27.

14 Idem, p. 29.

15 GUIMARÃES, Marcella Lopes (org.). *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p. 132-140.

que pouco tinham a ver com a pretensa novidade da “Sétima Idade”. Sobre o infante santo, uma das possíveis mágoas não confessadas no cômputo da tristeza de D. Duarte, o cronista Frei João Álvares refere uma continuada dor no peito. Não se sabe se essa dor era resultado de um problema físico ou psicológico; levando em conta o sentido definido pelo rei D. Duarte, talvez não seja possível distinguir as causas.

A perplexidade de Eduardo Lourenço diante do otimismo do triste rei pode ter a ver com algo a que o ensaísta não se refere, mas que está nas fontes medievais: a maneira como a história da ascensão da dinastia de Avis aparece vinculada a um presente transformado. Já afirmei que D. Duarte não inventa uma concepção de presente superior; talvez a sua novidade seja atuar como comitente da escrita de uma história em que o tempo de novas gentes, mesmo sem serem elas efetivamente novas (como os estudos prosopográficos hodiernos já provaram), era chegado. A narrativa e o pensamento – ou seja, as crônicas e seu *Leal Conselheiro* – propuseram uma relação que, entretanto, as práticas políticas, criticadas pelo condestável e sofridas pelo infante santo, ensinariam à poesia a subverter ou a localizar “fora do mundo”<sup>16</sup>. Mas estaria o rei totalmente isento da “culpa” dessa ferida que sangra depois do seu tempo? Segundo Lourenço, não: “ficará sempre no coração do amor a sombra do desassossego, que não é outra senão a sombra do Tempo, de que a saudade é de certa forma a Musa”<sup>17</sup>.

No limiar da modernidade, a *Crônica do imperador Clarimundo* é tema do 4º momento de a *Mitologia da saudade*. Para Lourenço, “todos os que se ocuparam [da obra] reduziram a sua importância ao fato de a crônica apresentar, em dado momento, por meio da profecia do mago Fanimor, a primeira expressão da mitificação épica do destino português, enquanto destino como vocação ao império universal”<sup>18</sup>. Mas nessa obra sobressai um espírito de coisa ultrapassada que levaria à crise do Quixote; em outras palavras, do cavaleiro ibérico sem emprego, com o fim da presença islâmica na Península.

Eduardo Lourenço não esquece que se passara apenas meio século da conquista de Constantinopla pelos otomanos, quando ela vira tema de romance, a atestar que o fim de Bizâncio foi o encerramento de um capítulo histórico de cuja obra ninguém no ocidente lembrava mesmo o início ou a importância – o fim convencional da medievalidade. O ensaísta não aponta, porém, a exceção a essa constatação, que faz sentido para a maior parte dos reinos tardo-medievais, o que reforçaria a sua argumentação. Afinal,

16 LOURENÇO, Eduardo. Op. Cit., p. 29.

17 Idem, p. 28.

18 Idem, p. 38.

não fora Afonso V de Portugal o único rei a responder afirmativamente à convocação de cruzada feita pelo papa Leão X, logo depois da conquista da capital do Império Romano grego?

Para Lourenço, é Camões quem define um novo sentido para saudade; para o ensaísta, a sua ressonância define-se no Romantismo, que converterá o sentimento em Musa<sup>19</sup>. O mesmo século XIX também ressaltaria a tristeza, ou melhor, o pessimismo, sentido então em “em grau superlativo”<sup>20</sup>, que chegará ao século XX como consciência do tempo<sup>21</sup>.

### 3. HISTÓRIA E DESTINO

A obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* (1ª ed. 1949), do historiador francês Fernand Braudel, diretor da revista dos *Annales*, sintetizou percepções em transformação sobre o tempo histórico e deu-lhes um sentido operativo para a pesquisa, ao demonstrar que o tempo “não é um escoamento uniforme onde os fenómenos seriam mergulhados (...) [o tempo histórico] tem seus próprios tempos, os tempos intrínsecos dos processos estudados e que são ritmados, não por fenómenos astronómicos ou físicos”<sup>22</sup>. Assim, gerações de historiadores na França e fora dela foram e são formados com a consciência da tripartição braudeliiana do tempo: a longa duração das estruturas, o tempo intermédio da conjuntura e o fugaz do acontecimento, cuja inovação se juntava à “complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos”<sup>23</sup>. Essa contribuição brilhante – que mudou concepções de tempo e espaço na História<sup>24</sup> – não foi, nem deveria ser, isenta de críticas. Ao julgar os acontecimentos como “perturbações superficiais”<sup>25</sup> e ensombrar a ação do indivíduo, Braudel tirou da História o que a define, a mudança e o homem.

Há algumas décadas, a historiografia percebeu isso entre os próprios herdeiros da revista dirigida por Braudel. Graças a eles o indivíduo e os fatos voltaram à cena, não como luzes apagadas da vagarosa estrutura, mas como significativos para novas operações históricas. Entre os herdeiros agentes do resgate, cito Geordes Duby, que escreveu *Guilherme Marechal o*

19 Idem, p. 59.

20 Idem, p. 78.

21 Idem, p. 84.

22 POMIAN, Krzysztof. “Temporalidade histórica/tempo” In: LE GOFF, Jacques (org.). *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990. p.581.

23 BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 54.

24 Idem.

25 Idem, p.48.

*melhor cavaleiro do mundo* e *O Domingo de Bouvines*, uma biografia e a história de uma batalha.

Por essa digressão histórica? Porque em “Portugal como destino”, Eduardo Lourenço inicia o texto com uma discussão sobre o tempo; não raras serão as vezes em que as concepções de tempo na Literatura Portuguesa e na História estariam em consonância ao longo do século XX. O caso do *Memorial do Convento* de José Saramago é um dos mais evidentes em Portugal, ao elevar o verdadeiro agente da História, ou da construção do convento: o trabalhador que tem nome e vontade, sujeito histórico e personagem ficcional.

Logo na primeira página do ensaio “Portugal como destino”, Lourenço define tempo como historicidade, “jogo imprevisível com os tempos diversos”<sup>26</sup>. Mas como o destino entra nessa equação? Segundo o ensaísta:

cada povo só o é por se conceber e viver justamente como destino. Quer dizer, simbolicamente, como se existisse desde sempre e tivesse consigo uma promessa de duração eterna. É essa convicção que confere a cada povo, a cada cultura, pois um e outro são indissociáveis, o que chamamos “identidade”<sup>27</sup>.

Assim, o destino estaria ligado ao tempo quase imóvel da estrutura – o qual, vivenciado na sua singularidade por um povo, resultaria em sua feição própria. Aqui, Lourenço lança uma definição geral, em consonância com o paradigma dos *Annales* nos tempos de Fernand Braudel, mas nada afirma de específico sobre Portugal. Segundo ele: todos os povos se concebem e vivem como destino.

Se esta parece ser uma condição, não o é a especificidade dessa vivência cuja “narrativa” identifica, desenha a identidade. Lourenço aponta para a essência dessa singularidade – a reação com o outro: “Como para os indivíduos, a identidade só se define na relação com o outro. Como essa relação varia com o tempo – é o que chamamos a nossa história –, a identidade é percebida e vivida por um povo em termos simultaneamente históricos e trans-históricos”<sup>28</sup>. Não há novidade nisso; a diversidade dos encontros e soluções são matéria da História que tenta dar sentido sempre atrasado ao acontecido.

O caso português é duplamente beneficiado no medievo, na medida em que o reino se constitui antes da maior parte dos reinos do ocidente

26 LOURENÇO, Eduardo. Op. Cit., p. 89.

27 Idem, p. 89.

28 Idem.

medieval, em luta contra os vizinhos: emires dos principados taifas, almorávidas, almoádas e castelhanos; além disso, o sentido se fez história, primeiro vinculado ao modelo afonsino, depois apartado deste (nova sublevação identitária), particular e secularizado. Na verdade, não há nada de “enigmático” nisso<sup>29</sup>. Nos extremos da cristandade, de ocidente a oriente, a cruzada era a guerra santa (vide as suas promessas) e justa, no sentido de uma “recuperação” territorial. A Península participava do amplo movimento de disciplinamento dos *militēs*, na linha da Paz de Deus e da Trégua de Deus, que tinha por objetivo oferecer aos homens que lutavam razões legítimas para seu status naquela sociedade.

Aqui, Lourenço parece observar a Península de um ponto de vista que exclui a presença islâmica como constitutiva do que entendemos por Europa – como, aliás, a Europa de hoje prefere se ver. Cristãos e muçulmanos não viveram em constantes combates no medievo: aliaram-se contra sua própria gente, provando que as suas vinculações foram muito mais fluidas do que supõe o nosso conhecimento daquela sociedade ou mesmo das formas de viver comuns de homens e mulheres nos países muçulmanos hoje. A existência da Escola de Tradutores de Toledo, bem como a legislação ibérica que incluía a designação de “meus muçulmanos”, representou uma “tolerância pragmática”<sup>30</sup>, que hoje é tema de estudo em centros de pesquisa em países onde as sociabilidades do presente são dramáticas.

Mas, de fato, a maneira como Portugal perseverou em sua independência, mesmo quando as decisões matrimoniais dos monarcas medievais (exceção a D. João I) e pré-modernos colocaram essa independência à beira do abismo, pode apontar para um “insólito milagre”<sup>31</sup>. Lourenço acertadamente evoca as divisões peninsulares como colaboradoras de Portugal como reino independente no medievo, mas afirma que essa realidade não coibiu o “sentimento profundo da fragilidade nacional”<sup>32</sup>.

Qual será a solução encontrada por Portugal no medievo, segundo Lourenço? A vinculação do seu destino ao Cristo e ao milagre do ser português. Ainda que a proposta do ensaísta encontre amparo na cronística, a presença do maravilhoso<sup>33</sup> nessa produção é menos insistente do que a vinculação pode sugerir. Ela confirma a História em momentos chave, mas o

29 Lourenço julga desta maneira o vínculo da história da constituição do reino português à história da Europa.

30 SILVEIRA, Aline Dias. “Fronteiras da tolerância e identidades na Castela de Afonso X”. In: FERNANDES, Fátima Regina. *Identidades e Fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 127-149.

31 LOURENÇO, Eduardo. Op. Cit., p.91.

32 Idem.

33 No sentido entendido por Todorov.

esforço empreendido pela geração de Avis, desde a *Crónica de 1419*, é muito mais “realista” que maravilhoso. Então, de fato, “a ideia de uma singularidade e ainda menos de uma especificidade de Portugal e do seu papel no mundo (...) é uma ideia tardia”<sup>34</sup>.

Antes de Alcácer Quibir, para Lourenço a única tragédia assumida<sup>35</sup>, a dinastia de Avis havia sofrido a sua tragédia, com a imolação do infante santo. Frei João Álvares e D. Isabel da Borgonha, irmã do infante, trabalharam por sua canonização e sabe-se que “o culto sobreviveu à proibição das festas em sua homenagem pelo Bispo de Leiria, D. Martim Afonso (1605-15) pelo fato de, até àquela ocasião, o infante ainda não ter sido beatificado”<sup>36</sup>. O sofrimento do infante operou a sua significação no contexto da transformação de uma derrota em vitória da cruz, mas não obteve o resultado almejado pelos vitoriosos de Alfarrobeira (1449) e pela Casa da Borgonha, na pessoa da Duquesa.

Lourenço nomeia Fernão Lopes três vezes ao longo do livro e apenas em “Portugal como destino”. Na primeira vez, reduz o esforço de pesquisa do cronista e a qualidade de sua prosa ao messianismo que tem em João de Barros um continuador<sup>37</sup>; na segunda, investe-o de referência para o Romantismo, ao lado de Bernardim Ribeiro, Gil Vicente e Camões<sup>38</sup>; na terceira, emprega seu nome para a generalidade do seu ofício – “os Fernão Lopes”<sup>39</sup>. Há outros momentos em que a presença do primeiro cronista é insinuada, quando ele pode ser incluído no seu grupo de ofício, “os cronistas”, também em geral. Em nenhum dos casos o ensaísta parece motivado a ver no trabalho de Fernão Lopes a expressão singular e completa que a historiografia medieval portuguesa produziu. Só Garrett e Herculano inscrevem Portugal na História<sup>40</sup>, segundo a interpretação de Lourenço.

Note-se que é Fernão Lopes o primeiro a definir o “verdadeiro português” em oposição ao castelhano “cismático e infiel”. Mas, talvez assim seja porque foi ele o criador do que o ensaísta considera outro mito, a revolução de 1383-1385<sup>41</sup>.

À parte Lourenço considerar um Portugal à margem de um movimento feudal por causa do seu combate contra o Islã e na mesma página

34 LOURENÇO, Eduardo. Op. Cit., p. 93.

35 Idem, p.96.

36 NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. “A Expansão das fronteiras da cristandade no século XV: sacralidade e legitimidade do projeto político da Casa de Avis”. In: *Identidades e Fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013, p.185.

37 LOURENÇO, Eduardo. Op. Cit., p. 98.

38 Idem, p. 109.

39 Idem, p. 150.

40 Idem, p. 108.

41 Idem, p. 132.

reconduzir o país a tudo o que se passava então, “mais europeu”<sup>42</sup> que os europeus daquele contexto, não quero incorrer na mesma idealização que faz Antero de *Quental* no célebre texto também mencionado por Lourenço, “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”. Sabemos que Antero é uma presença importante na obra de Lourenço<sup>43</sup>.

Segundo o poeta de “Os vencidos”, a dominação romana não chegara a ser completa em Portugal na Antiguidade<sup>44</sup>; já na Idade Média, a tolerância pelos mouros e judeus “será sempre uma das glórias do sentimento cristão da Península”<sup>45</sup>; as universidades de Coimbra e Salamanca atraíam “estrangeiros de distinção”<sup>46</sup>; a falsafa (Antero não a nomeia desta maneira)... “Por isso a Europa tinha os olhos em nós, e na Europa a nossa influência nacional era das que mais pesavam”<sup>47</sup>.

A todo esse esplendor, Antero opõe a derrocada que já se faz sentir no alvorecer da modernidade em Portugal. Lourenço observa que Antero não foi um historiador, mas um “grande leitor da História”, no sentido de “autoconsciência de um presente que lê nela a profecia do seu triunfo”<sup>48</sup>. Em “Portugal como destino”, Lourenço acrescenta a essa leitura operada por Antero a problematização do país como História e Cultura<sup>49</sup>.

#### 4. O PRESENTE QUE PASSOU E O FUTURO QUE NUNCA COMEÇA: DESTINO

*Mitologia da Saudade* foi publicado em 1999. Não viu o 11 de Setembro de 2001; não viu o desequilíbrio mundial gerado pela crise imobiliária nos Estados Unidos; não viu o avanço do desemprego na Europa; não viu a proibição do véu muçulmano nas escolas francesas; a Grécia... o presente do livro passou também para Portugal... Mas que presente Lourenço repor-

42 Idem, p. 94.

43 Menciono o conhecido ensaio em que se evoca a recepção das ideias de Hegel por Antero: “Antero, Hegel e as Causas da Decadência”; e ainda “Antero e a filosofia ou a filosofia de Antero”. *Colóquio/Letras*, 123-124 (jan. 1992) p. 157-167; e *Antero ou a Noite Intacta*. Lisboa, Gradiva: 2007.

44 QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. 3. ed. Lisboa: Ulmeiro. p.14.

45 Idem, p.17.

46 Idem, p.18.

47 Idem, p.19.

48 LOURENÇO, Eduardo. “Antero, Hegel e as Causas da Decadência”. In: DE LIMA, Isabel Pires (org.). *Antero de Quental e o Destino de uma Geração: Actas do Colóquio Internacional no Centenário da sua Morte*. Faculdade de Letras do Porto, 20 a 22 nov. 1991. p. 149.

49 LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.119.

tava em 1999? Em primeiro lugar, o desejo de inventar um novo destino<sup>50</sup>, sentido a partir de 1974, não mais imbuído de tragédia – afinal, para Lourenço a tragédia nunca foi uma realidade portuguesa. Depois, a realização de uma “revolução cultural”, que até aquele momento parecia falhada para o ensaísta. E o que seria isto? “a ultrapassagem de uma ideologia estruturalmente imperial sem império, militante, hagiográfica, ultranacionalista, aberta ou inocentemente hostil à inspiração democrática”<sup>51</sup>. Para Lourenço, as novas gerações têm se beneficiado de um maior acesso a conhecimentos pragmáticos, alguns deles vividos como diversão<sup>52</sup>; ainda era necessário “o conhecimento crítico da realidade nacional ou do mundo onde vivemos”<sup>53</sup>.

Em 1999, o mundo engatinhava na criação e disseminação das redes sociais, e Lourenço diagnosticava: “Hoje o mais delirante e ignaro dos mortais pode enviar, em tempo direto, as suas elucubrações aberrantes às miríades de ‘sítios’ nos quais a informação se acumula para formar a nebulosa inédita ao ‘não-pensamento’, matéria ideal para distrair a humanidade do seu inescotável sonambulismo.”<sup>54</sup> Isso não é Portugal, somos todos nós. Para o pequeno país, o ensaísta sonhava a renúncia à “mitologia da pureza [...] à angélica pretensão de [serem] mais do que todos [...], um povo entre os povos.”<sup>55</sup>

O que essa resenha parcial, porque apegada muito mais à arqueologia medieval da tristeza, da saudade e do destino, tem a acrescentar ao livro? Como a experiência da leitura que lhe dá futuro?

Em 16 de novembro de 2011, o ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares de Portugal, Miguel Relvas, afirmou<sup>56</sup>:

“Quem entende que tem condições para encontrar [oportunidades] fora do seu país, num prazo mais ou menos curto, sempre com a perspectiva de poder voltar, mas que pode fortalecer a sua formação, pode conhecer outras realidades culturais, [isso] é extraordinariamente positivo”

(...)

Segundo Miguel Relvas, actualmente a emigração portuguesa “é uma emigração muito bem preparada”, com “jovens altamente

50 Idem, p.140.

51 Idem, p. 149.

52 Idem, p. 151.

53 Idem.

54 Idem.

55 Idem, p. 152.

56 LUSA. Emigração de jovens pode ser algo “extremamente positivo”. *Diário de Notícias*. Economia. 16 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content\\_id=2128461](http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2128461)>. Acesso em: 20 nov. 2013.

bem preparados” colocados em lugares no estrangeiro, e quem afirma o contrário está a olhar para Portugal “a partir do espelho retrovisor do passado”.

“Nós temos hoje uma geração extraordinariamente bem preparada, na qual Portugal investiu muito. A nossa economia e a situação em que estamos não permite a esses ativos fantásticos terem em Portugal hoje solução para a sua vida activa. Procurar e desafiar a ambição é sempre extraordinariamente importante”.

O excerto do jornal *Diário de Notícias* faz referência ao que diagnosticou Eduardo Lourenço para as novas gerações: o acesso a conhecimentos pragmáticos, ou seja, à qualidade da formação dos jovens portugueses. Mas a declaração vinda de um ministro de estado é um claro convite, que nem precisava ser feito, pois o movimento já se havia sentido. Uma experiência multicultural com a perspectiva do retorno ao ninho pátrio é uma possibilidade saudável para a vida de qualquer um, mas não me parece que o projeto signifique um estágio, mas uma saída. E se é uma saída é mais uma de Portugal...

No último texto do livro, Lourenço não parecia acreditar na refutação da África como destino depois do 25 de abril<sup>57</sup>; pois bem, o futuro do livro confirmou-lhe mais essa intuição.

Este ano, Lourenço afirmou que vivemos em todo o mundo globalizado como americanos, que torceram por Obama como se ele também fosse de cada um, um novo rei!<sup>58</sup> Ora, se todos, europeus ou não, somos estado-unidenses sem sermos, podemos acabar perdendo a noção de quem de fato fomos e somos. Nesse sentido, reler a *Mitologia da Saudade* é um bom exercício para manter viva a memória e a História.

57 LOURENÇO, Eduardo. Op. Cit., p. 129.

58 ALMEIDA, Germano. Histórias da Casa Branca: nos 90 anos de Eduardo Lourenço. *Tvi 24*. Internacional. 23 maio 2013. Disponível em: <<http://www.tvi24.iol.pt/503/internacional/historias-casa-branca/1452938-4073>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Germano. Histórias da Casa Branca: nos 90 anos de Eduardo Lourenço. *Tvi 24*. Internacional. 23 maio 2013. Disponível em: <<http://www.tvi24.iol.pt/503/internacional/historias-casa-branca/1452938-4073>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.
- COHEN, Rip (org.). *500 Cantigas d'Amigo, edição crítica de Rip Cohen*. Campo de Letras Editores, 2003. Coleção Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. p.114. Disponível em: <<https://jscholarship.library.jhu.edu/bitstream/handle/1774.2/33843/2-cantigas%20d%27amigo108-200.pdf?sequence=21>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- CUNHA, Celso. *Cancioneiros dos Trovadores do Mar*. Edição preparada por Elsa Gonçalves. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1999.
- DUARTE, Leal Conselheiro. In: *Obras dos príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmão, 1981.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes (org.). *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013.
- LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al. (2011-), *Cantigas Medievais Galego Portuguesas [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Disponível em: <<http://cantigas.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- LORENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LOURENÇO, Eduardo. "Antero, Hegel e as Causas da Decadência". In: DE LIMA, Isabel Pires (org.). *Antero de Quental e o Destino de uma Geração: Actas do Colóquio Internacional no Centenário da sua Morte*. Faculdade de Letras do Porto, 20 a 22 nov. 1991.
- LUSA. Emigração de jovens pode ser algo "extremamente positivo". *Diário de Notícias*. Economia. 16 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content\\_id=2128461](http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2128461)>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. "A Expansão das fronteiras da cristandade no século XV: sacralidade e legitimidade do projeto político da Casa de Avis". In: *Identidades e Fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.
- POMIAN, Krzysztof. "Temporalidade histórica/tempo" In: LE GOFF, Jacques (org.). *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990.
- QUEIRÓS, Luís Miguel. *Retrato de um pensador errante*. Disponível em: <<http://static.publico.pt/docs/cultura/eduardolourenco/01.html>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. 3. ed. Lisboa: Ulmeiro.
- SILVEIRA, Aline Dias. "Fronteiras da tolerância e identidades na Castela de Afonso X". In: FERNANDES, Fátima Regina. *Identidades e Fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 127-149.

Submetido em: 12/05/2014

Aceito em: 23/10/2014